

SINDICATO DAS SEGURADORAS

Ano I Nº1

Jornal do Sindicato das Seguradoras - RJ/ES

MAIO 2008

Fundado no dia 16 de maio de 1933, o Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro e do Espírito Santo tem vivido, desde então e ao longo de 75 anos de história, ciclos distintos de atuação institucional. No início, vivendo em conjuntura e maré de sindicalismo estimulado pelo Governo Vargas, era o órgão de representação nacional, verdadeira federação aplicada na defesa de interesses corporativos de seguradores de todo o País, em razão mesmo da inexistência de outro organismo com essa identidade, e da proximidade com os Poderes da República, instalados na antiga Capital Federal.

Nessa época, década de 30, o Sindicato manteve com a Cidade do Rio muito mais que uma relação de morador, e participava das preocupações regionalizadas, muitas vezes com a doação de recursos financeiros para a solução de problemas que afligiam a população carioca. Exemplo disso, o apoio dado pelo sindicato ao reaparelhamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, em 1934, em momento de crise, quando a Cidade do Rio de Janeiro via-se ameaçada por incêndios que vinham levando desespero a donos de mercearias e armazéns situados nas áreas envelhecidas dos trapiches do cais do Porto e Centro.

Já na década de 40, a ação do Sindicato insere-se em moldura mais ampla da própria história do Brasil, ao colocar-se na linha de frente dos instituidores da Fundação Getúlio Vargas, com uma doação de 10 milhões de cruzeiros. Essa quantia, que representava 24,5% do total de doações feitas para a constituição da FGV (Cr\$ 40,915 milhões), era mais que o dobro dos Cr\$ 5 milhões doados pelo próprio Governo Federal. O Sindicato também figura na raiz da criação do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), a entidade que, modelarmente criada por Vargas, inaugurou no Brasil uma nova era de qualificação técnica dos quadros de profissionais do mercado segurador. E, ainda na década de 40, o Sindicato, participando do esforço de preparação do Brasil para ingressar na Guerra ao lado das Forças Aliadas, fez a doação do primeiro avião da

SindSeg – RJ/ES: 75 anos de ação a favor do Rio e do Brasil



Nasce na antiga Capital Federal o SindSeg – RJ/ES

Força Aérea Brasileira, que acabava de ser criada.

Na década de 50, com criação de um órgão para ação federalizada, a Fenaseg – outra iniciativa nascida e encorpada dentro do próprio Sindicato – o SindSeg-RJ/ES passa a conviver com uma dupla vocação, quando se volta para os temas regionalizados, ao mesmo tempo em que preserva parte de sua atuação nacional, ainda favorecida pela vizinhança com o Palácio do Catete, sede do Poder Central. Nesse momento de mudanças, uma vez mais o Sindicato age de modo pioneiro e contribui para a ampliação de um projeto de modernidade que vinha marcando positivamente a paisagem urbana do Rio de Janeiro: promovendo uma inteligente utilização de fundos de guerra,

incorpora a construção do Edifício das Seguradoras, marco da arquitetura modernista na Capital Federal.

Passados os tempos de pioneirismo, e depois de viver em quadra de partilha sua força administrativa e sua ação institucional com a Fenaseg, nas décadas de 60 e 70 – uma época que já não favorecia a vida sindical, freqüentemente colocada sob risco e suspeita pelo regime militar – o Sindicato se redescobre, uma vez mais, quando a história registra a volta da plenitude democrática. Novos tempos, novos desafios: o Sindicato retorna à vocação que sempre lhe parecerá mais natural, e passa a atuar centradamente em sintonia com os temas regionalizados. O Sindicato firma, com a Cidade e o Estado do Rio de

Janeiro, uma parceria de ação institucional que, quase sempre, vai transcender o imediatismo dos interesses puramente corporativos do mercado segurador. Então, o Sindicato assume e cumpre, em nome de suas entidades associadas, o compromisso desafiador de ajudar o Rio – exatamente como no passado já havia feito – a buscar solução para problemas emergentes. Entre os mais críticos, a violência.

Assim foi, em 1995, quando o Sindicato das Seguradoras, com apoio da Fenaseg e Sindicato dos Corretores, entregou à Secretaria Estadual de Segurança Pública um lote de 57 veículos destinados a policiamento no Estado. Essa doação, no valor global de US\$ 1 milhão (um milhão de dólares), foi muito bem recebida pelo Governo do Estado, que vivia as agruras e o desafio de uma situação crônica de escassez de recursos para aplicação na segurança pública. Dentre inúmeras outras oportunidades, em que demonstrou sua disposição de engajamento cívico na busca de soluções para o Estado, o Sindicato contabiliza também, a seu favor, o apoio à criação do Pátio Legal. Implantado no primeiro semestre de 2005, inicialmente na Barra da Tijuca e posteriormente transferido para o bairro carioca de Deodoro, o pátio do Rio tornou-se uma referência de projeto de parceria bem sucedida entre a iniciativa privada e o Poder Público, experiência que já começa a ser multiplicada em outros Estados da Federação. Outra importante iniciativa do Sindicato tem sido a interiorização do conhecimento sobre a atividade seguradora, através do programa *Seguro em todo o Estado*, já implantado em várias cidades.

Este é um balanço de ação eficiente, de uma instituição que agora, ao completar 75 anos, expande sua base territorial até o estado do Espírito Santo, onde espera prestar os mesmos relevantes serviços que, no Estado do Rio, tem sido resultado de uma produtiva parceria com a comunidade.

Luiz Tavares Pereira Filho

Presidente do SindSeg – RJ/ES

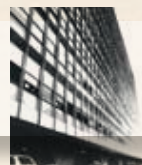
Leia mais



Aprovação dos estatutos página 2



Telegrama para Getúlio página 3



Criada no Rio a FGV página 5



Inauguração do Pátio Legal página 7

932 | 1933 | 193

Fundado na Capital Federal o Sindicato dos Seguradores

Em assembléia realizada ontem, 16 de maio de 1933, na sede da Associação das Companhias de Seguros, localizada na Rua do Rosário, 116, 3º andar, nesta Capital Federal, foi aprovada por unanimidade dos sócios a criação de um Sindicato de Seguradores do Rio de Janeiro. Na mesma assembléia foram aprovados os estatutos da nova agremiação, que deverão ser apresentados à chancela do Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Salgado Filho.

De acordo com o que é previsto no Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, o Sindicato deverá reunir um número mínimo de 30 sócios, empregadores nos diversos ramos de seguros, em companhias ou empresas autorizadas a funcionar no País. Conforme pode ser lido no texto dos Estatutos, o sindicato organiza-se como

agremiação de pessoas, a quem promete amparar individualmente “nas questões em que forem interessados, relativas ao trabalho, auxiliando-os e prestando-lhes assistência”.

Na assembléia de fundação também foi eleita e empossada a primeira diretoria do Sindicato, que é integrada pelos seguintes representantes do mercado segurador: presidente, João Augusto Alves; vice-presidente, Nilo Goulart; 1º secretário, Arthur de Castro; 2º secretário, Eduardo Sanz; 1º tesoureiro, Annibal Teixeira; 2º tesoureiro, Raymundo Salgado Guimarães. Também foram eleitos e empossados os membros do Conselho Fiscal: Alvaro de Almeida Campos, Octavio F. Noval e Mário Foster Vidal da Cunha Bastos.

Os sócios e suas prerrogativas

Para ser sócio do sindicato, é ne-

cessário que o candidato seja maior de 18 anos, sem distinção de sexo e religião, e que exerça, sob qualquer denominação, em companhias ou agências de companhias nacionais ou estrangeiras, em qualquer dos ramos de negócios de seguros, as funções de empregador. Propostas para admissão de sócios serão fornecidas pela Secretaria do Sindicato, em fórmulas impressas ou datilografadas, contendo os requisitos de qualificação, residência, ocupação e cargo.

Regularmente inscrito, e desde que assim o permitam os fundos do Sindicato, o associado passa a dispor de assistência judiciária, assistência médica e hospitalar, assistência à família de associados falecidos. Todos os serviços acima serão extensivos à família dos associados, filhos menores e filhas solteiras.

934 | 1935 | 193

Agamenon Magalhães aprova estatutos de novo sindicato

Foram aprovados ontem, dia 30 de maio de 1935, pelo Ministro do Trabalho, Agamenon Sérgio de Godói Magalhães, os novos estatutos do Sindicato dos Seguradores, fundado há pouco mais de dois anos nesta Capital Federal. Reorganizado de acordo com o Decreto nº 24.694, de 13 de julho de 1934, o Sindicato dos Seguradores, de acordo com seus novos estatutos, deixa de ser uma agremiação de pessoas e passa a congregiar sociedades que exerçam a atividade de seguros privados e capitalização. O Sindicato é sucessor da Associação de Seguradoras do Rio, cuja extinção foi aprovada por unanimidade, em assembléia realizada no dia 28 de julho de 1933.

De acordo com os novos estatutos, o Sindicato dos Seguradores destina-se a “pugnar pelos direitos e interesses

de seus sócios e da classe em geral, perante os Poderes Públicos Federal, Estaduais ou Municipais, bem como combinar medidas e estipular acordos, a bem daqueles interesses, com armadores, estradas de ferro e outras entidades. Sediado na Capital Federal, o sindicato vem atuando em âmbito de influência e ação nacionais e, como órgão de representação de todas as seguradoras em funcionamento no País, até que sejam criadas entidades congêneres nos demais Estados. Em reunião realizada recentemente, um ilustre representante do Sindicato de Seguradores de São Paulo, o Sr. Eduardo Rudge Filho, chegou a sugerir que se extinguisse o sindicato paulista, dando lugar a uma Comissão Regional”. Centralizada, deu a entender, no Sindicato do Rio de Janeiro.



Agamenon Magalhães muda o perfil do Sindicato



EXPEDIENTE:
Diretoria (2007/2010)

PRESIDENTE
Luiz Tavares Pereira Filho

VICE-PRESIDENTES
Federico Baroglio
Oswaldo Mário de Azevedo
Lúcio Antônio Marques

DIRETORES
Fabio Lins de Castro
José Carlos Lyrio Rocha
Laur Fernandes Diuri
Luis Augusto Momesso
Manes Erlichman Neto
Renato Campos Martins Filho
Roberto de Souza Santos
Wilson Toneto

DIRETOR-EXECUTIVO
Ronaldo M. Vilela

CONSELHEIROS FISCAIS
José Fernando Romano
Luiz Antonio Mac Dowell
Marcos Acildo Ferreira

SindSeg – RJ/ES: Rua Senador Dantas,
74 – 17º andar – Centro – RJ CEP 20031205 –
Tel. 2240-9008
www.sindicatodasseguradorasrj.org.br



A edição especial em comemoração aos 75 anos do Sindicato das Seguradoras RJ/ES foi produzida pela VTN Comunicação, com textos de Paulo Amador. Coordenação: Vania Absalão; Projeto gráfico e diagramação: Sylvio Marinho; Apoio: Ariane Azeredo; Fotos: Rosane Bekierman e Agência Globo.

936 | 1937 | 1938

Sindicato telegrafa a Getúlio Vargas e promete colaborar com o governo

Getúlio Vargas e a mensagem de Olympio de Carvalho

(Rio - Do correspondente) - Em telegrama enviado ontem, ao Presidente Getúlio Vargas, o Sindicato dos Seguradores do Rio de Janeiro manifestou sua adesão aos princípios da nova Constituição Federal, editada no dia 10 de novembro próximo passado (1937). No telegrama, assinado pelo presidente do Sindicato, Olympio de Carvalho, a categoria dos seguradores prometeu ao Senhor Presidente da República uma atuação de nível nacional e uma colaboração "sincera, desinteressada e patriótica", na obra de reconstrução política e social inaugurada pelo Estado Novo.

Em seu Art. 140, a nova Constituição prevê que a economia brasileira deverá ser reorganizada em corporações, em consonância com o que já vem sendo praticado em economias mais avançadas, como as da Itália, de Benito Mussolini, e a da Alemanha, do Sr. Adolfo Hitler. Dentro desta nova ordem, entidades representativas das forças de trabalho nacional, como os sindicatos,

serão colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, por exercerem funções delegadas de poder público.

A reorganização dos seguros

Outro assunto inserido no corpo da Constituição Federal, e que interessa particularmente aos afiliados do Sindicato, diz respeito à reorganização da atividade seguradora em nosso País. De acordo com o que é previsto no Art. 145 da nova Carta Constitucional, só poderão "funcionar no Brasil os bancos de depósito e as empresas de seguros, quando brasileiros seus acionistas. Aos bancos de depósito e empresas de seguros atualmente autorizados a operar no país, a lei dará um prazo razoável para que se transformem de acordo com as exigências deste artigo".

Em seu telegrama ao Presidente da República, a diretoria do Sindicato dos Seguradores do Rio, que é constituído por companhias nacionais que operam em diversos Estados da União, congratulou-se com o Presidente Vargas pelas novas diretrizes da economia brasileira. Foi aplaudido, sobretudo, o que consta do Art. 57 da Nova Carta, em que é prevista a criação de um Conselho de Economia Nacional, integrado por representantes dos vários ramos da produção nacional, por associações profissionais

e sindicatos, entre outros. Entre as atribuições desse futuro Conselho, insere-se o poder de editar normas reguladoras dos contratos coletivos de trabalho entre sindicatos ou associações, e a prerrogativa de emitir parecer sobre todos os projetos de iniciativa do Governo ou de qualquer das Câmaras, que interessem diretamente à produção nacional.

Diretores do Sindicato destacam, textualmente, que as novas diretrizes, no sentido de uma participação direta das Associações de classe na elaboração das leis, deverão conciliar "sabidamente os interesses do produtor, do consumidor e do Estado, ao erigir as corporações em verdadeiros órgãos do Estado. "Assim, sem abolir o regime democrático" - afirma a diretoria do Sindicato no telegrama - "V. Excia. soube extrair do corporativo o que ele tem de útil, assegurando-nos leis inspiradas num largo espírito de conciliação e equidade. Essa colaboração das classes produtoras, por seus legítimos órgãos, na redação das leis é particularmente necessária na indústria do seguro, dada a transcendência de seus aspectos técnicos e sua influência sensível na economia nacional, que ela ampara, reparando graves perdas eventuais a que estão sujeitos a indústria e o comércio".

937 | 1938 | 1939

Balões de festas juninas preocupam Sindicato e Corpo de Bombeiros

(Rio - Do correspondente) - Procurando ampliar e consolidar as boas relações que mantém com os órgãos da Presidência da República e do Distrito Federal, a diretoria do Sindicato dos Seguradores do Rio promoveu, na primeira semana de junho próximo passado (1938), encontro dos seguradores com o Sr. José Mariano Filho, presiden-

te do Conselho Florestal Federal.

Na oportunidade, em palestra sobre a fabricação e uso festivo de balões em épocas joaninas, a digna autoridade federal sugeriu uma cooperação mais firme entre companhias de seguros, comércio e indústria, "para uma propaganda que vise mostrar ao público os grandes danos

que podem ser ocasionados pelo gás dos balões e, assim, conseguir eliminar a prática tradicional desse perigoso divertimento".

O Sindicato dos Seguradores do Rio tem procurado demonstrar às autoridades governamentais suas melhores intenções em participar de um amplo esforço, em todo o País, no sentido de

minorar os riscos de práticas perigosas, como a dos balões joaninos, que podem resultar em verdadeiras catástrofes. Recentemente, o Sindicato fez doação de 4.000\$000 (quatro mil contos de réis), em espécie, à Caixa Beneficente do Corpo de Bombeiros da Capital Federal, que aniversariou no dia 2 de julho próximo passado (1938).

938 1939 193

934 1941 194

Presidente da Academia Brasileira de Letras na presidência do Sindicato dos Seguradores

No primeiro semestre de 1939, o Sindicato dos Seguradores do Rio de Janeiro chegou a ter em sua presidência, por alguns meses, o poeta simbolista, Rodrigo Octavio Filho (Rio, 1892-1969).



Poesia e sindicalismo

Filho do escritor Rodrigo Octavio, que juntamente com Machado de Assis foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, Rodrigo Filho também foi imortal. Eleito para a ABL em 1945, na sucessão do próprio pai, ele assumiu a presidência da Academia em 1955, depois de ter sido secretário-geral da instituição por dez anos.

Rodrigo Octavio Filho era advogado e jornalista, fundador da Revista Jurídica e colaborador do Correio da Manhã e da célebre revista "Fon-Fon", espécie de "O Pasquim" da primeira metade do século 20. Conselheiro da OAB e do Instituto dos Advogados do Brasil, foi delegado do Brasil no Conselho Interamericano das Câmaras de Comércio e Produção, em Chicago (1948) e Santos (1950). Fundador e presidente do Pen Clube do Brasil, era sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Nacional de História da Argentina. Escreveu mais de 20 livros.

Coube a Rodrigo Octavio Filho, como presidente interino do Sindicato dos Seguradores, participar das articulações que resultaram na edição do Decreto-lei nº 1186, de 3 de abril de 1939, pelo qual foi criado o Instituto de Resseguros do Brasil. Também como presidente do Sindicato, foi quem recebeu a visita do primeiro presidente do IRB, João Carlos Vital, em abril de 1939, quando o mercado soube que participaria com 50% do capital do Instituto, ficando o governo com os restantes 50%.



Nova era para aviação, com apoio do Sindicato

Esforço de guerra: seguradores entregam avião para formar a Força Aérea

(Rio - Do correspondente) - Graças ao Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro, e à iniciativa do presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), João Carlos Vital, o dia 28 de agosto de 1941 acaba de entrar para a história da aviação brasileira, como o marco de uma nova era. Nesse dia, em solenidade realizada na sede do Fluminense Yatch Club, na Avenida Pasteur, o Governo Federal recebeu, do mercado segurador, o primeiro de uma série de 10 aeronaves de treinamento militar, destinadas à criação da Força Aérea Brasileira.

A aeronave foi adquirida por meio de doação de R\$ 123:240\$000 (cento e vinte e três contos e duzentos e quarenta mil réis), feita pelo mercado segurador, através do cheque nº 653.560, sacado contra o Banco Boavista, e entregue ao IRB pelo presidente do Sindicato, Octavio da Rocha Miranda. A compra e doação do aparelho à futura Força Aérea Brasileira é uma resposta do Sindiserj e de seus associados

ao apelo feito através do IRB que, em maio deste ano, decidiu liderar uma campanha patriótica para que o mercado segurador faça, na totalidade, uma doação de 10 aviões ao governo. A convocação foi feita ao Sindicato e companhias seguradoras que operam no ramo Incêndio, através de ofício assinado pelo Sr. João Carlos Vital.

A formação de uma Força Aérea Brasileira vem mesmo em hora propícia. A Guerra na Europa, aos poucos, vai se tornando cada dia mais presente na vida e nas preocupações dos brasileiros. Recentes acontecimentos têm feito com que o Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro venha recebendo, de várias praças, pedidos para a cobertura de prejuízos que possam resultar de eventuais bombardeios, ou de outra ação de guerra.

Em relatório de gestão, o presidente do Sindicato do Rio fez o alerta: "os recentes acontecimentos fizeram com que, de várias praças, fossem recebidos por este Sindicato e outras entida-

des de classe, pedidos para a cobertura dos prejuízos que possam resultar de eventuais bombardeios, ou de outra ação de guerra. Como não ignorais, os modernos engenhos de destruição podem produzir sinistros de tal vulto que a economia privada não é mais capaz de enfrentá-los. Isto já foi verificado em países assolados pelo conflito, onde foi organizado um seguro estatal para os riscos de guerra sobre propriedades territoriais, inclusive, recentemente nos Estados Unidos da América do Norte".

O presidente do Sindicato, Rocha Miranda, acrescenta no mesmo tom de preocupada atenção aos acontecimentos: "Trata-se de ameaça de calamidade pública que, a nosso ver, somente a coletividade poderá enfrentar por meio de ação reguladora do Governo." E acrescenta, falando em nome de toda a classe seguradora: "Este Sindicato está, portanto, à inteira disposição das autoridades para colaborar no estudo do problema em questão."

1943 | 1944 | 1945

Sindicato doa dinheiro para criação da FGV

(Rio - Do correspondente) - Por escritura pública, foi formalizada ontem (20 de dezembro de 1944), a constituição da Fundação Getúlio Vargas, instituição que se destinará a promover estudos e divulgação de princípios e métodos de organização racional do trabalho, e preparo de pessoal qualificado para a administração pública e privada. Com uma doação de Cr\$ 10 milhões, que correspondem a 24,44% do total de recursos arrecadados no Governo e Sociedade Civil, o Sindicato das Sociedades de Seguros Privados alinha-se em primeiro lugar entre as instituições criadoras e mantenedoras da FGV.

O dinheiro destinado pelo Sindicato do Rio à criação da Fundação Getúlio Vargas tem origem em resultados financeiros de um *pool* de seguradoras, que entre 1943 e 1944 operaram um fundo de guerra, destinado à cobertura dos riscos de afundamento de navios brasileiros enquanto perdurar o conflito armado mundial. Essa modalidade de risco foi incluída nas carteiras das seguradoras brasileiras desde 1942, ano em que o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais e declarou guerra aos países do Eixo, a saber, Alemanha, Japão e Itália.

Os fundos de guerra

Desde essa declaração de guerra, o Brasil sofreu baixas significativas com afundamento de navios mercantes por ação de submarinos inimigos, o que obrigou o mercado segurador a suportar o

peso de vultosas indenizações. No período, nada menos que 46 navios já foram afundados, e mais de 1.000 mortes registradas. Assim mesmo, a precavida atuação dos seguradores brasileiros permitiu que os riscos de guerra propiciassem receita superior a Cr\$ 160 milhões em prêmios líquidos, e os resultados financeiros do *pool* de empresas foram largamente compensadores.

Por iniciativa do Sindicato, e em atendimento a pedido feito pelo Sr. Simões Lopes, presidente do DASP (Departamento de Administração do Serviço Público), o mercado decidiu, então, destinar 50% dos fundos a distribuição imediata, permanecendo os restantes 50% como garantia de operações ainda em vigor e enquanto dure a guerra. A doação destinada à Fundação Getúlio Vargas sairá dessa metade. Além disso, o Sindicato destinará mais Cr\$ 5 milhões à consolidação de três outras instituições que prestam serviços relevantes ao País: Fundação Osório, Fundação Brasil Central e Abrigo Cristo Redentor.

Relevante destacar que os Cr\$ 10 milhões doados pelo Sindicato à FGV representam exatamente o dobro de dotação feita pelo Governo Federal (Cr\$ 5 milhões), e é quase três vezes a soma do que foi doado por 12 Estados da Federação, a saber: Bahia, Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Goiás, Amazonas, Maranhão, Ceará, Santa Catarina e Paraíba (Cr\$ 3,370 milhões).

Doação Cr\$ 10 milhões para erguer a Fundação Getúlio Vargas



949 | 1950 | 1951

Prédio-sede do Sindicato: uma revolução na arquitetura

(Rio – Do correspondente) – Foi inaugurado ontem (25 de setembro de 1950), na rua Senador Dantas, 74, o Edifício das Seguradoras, marco da arquitetura modernista no Centro da Capital Federal. Construído entre os anos de 1946 e 1949, o prédio projetado pelos irmãos MMM (Marcelo, Milton e Maurício) – autores dos projetos do Aeroporto Santos Dumont, construído na Ponta do Calabouço, e do Palácio da Cultura, ambos no Rio – incorpora o que existe de mais revolucionário na arquitetura contemporânea: aço inoxidável, alumínio anodizado, fórmica, asfaltite, alvenaria translúcida e vidrotel. Na decoração de sua fachada externa e do *hall* de entrada, o edifício ostenta curvas de concordância revestidas com mosaicos de Paulo Werneck, autor já consagrado juntamente com Niemeyer e Portinari na construção e embelezamento da Igreja da Pampulha, outro marco da arquitetura modernista brasileira, em Belo Horizonte.

O edifício, que deverá sediar o Sindicato dos Seguradores do Rio, foi construído por incorporação da Imobiliária Seguradoras Reunidas, empresa capitalizada com Cr\$ 40 milhões de um saldo contabilizado por um *pool* de empresas, que operaram com os riscos de guerra durante o conflito mundial. Sua construção exigiu aos projetistas e engenheiros mais que talento: também foi preciso inventar pois, levantado em solo arenoso e sob lençol de águas superficiais, demandou a

execução das mais profundas fundações até hoje vistas no Rio de Janeiro.

Uma virada na história

O Edifício das Seguradoras promete ser muito mais que um marco de modernidade: para o mercado segurador brasileiro, deve representar uma importante virada na história. Para lá está sendo transferida a sede do sindicato, que deverá ocupar uma área de 450 metros quadrados no 13º andar do prédio. Também é esperada sua ocupação por um Clube de Seguradores e Banqueiros, que deverá funcionar no 17 e 18º andares, além de sediar o Sindicato dos Corretores de Seguros e Capitalização do Rio de Janeiro, no 14º andar.

Circula pelos corredores do prédio a idéia de se constituir uma Federação dos Sindicatos das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, entidade destinada a coordenar e amparar os interesses das categorias econômicas já representadas por sindicatos regionais. A idéia, de imediato, agradou representantes dos sindicatos do Rio Grande do Sul e da Bahia. O Sindicato de Minas foi ainda mais longe: além de concordar com a idéia, já protocolou, junto ao Ministério do Trabalho, pedido de autorização para que se crie a nova entidade. Seguradores paulistas, igualmente favoráveis à idéia, apresentaram proposta de emendas aos projetos de Estatutos da Federação.

Sede do Sindicato no Edifício das Seguradoras: arquitetura arrojada



950 | 1951 | 1952

Criada e instalada no Rio a Federação de Seguros

(Rio – Da agência) – Ontem (quarta-feira, 25 de junho de 1951), em reunião realizada no 13º andar do Edifício das Seguradoras, na Rua Senador Dantas, 74, Centro do Rio, delegados de cinco sindicatos regionais de seguradoras formalizaram, em assembléia, a criação e instalação de uma Federação Nacional de Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, que atenderá por si-

gla FNESPC. A assembléia, pontualmente instalada às 15h30m, foi presidida pelo Sr. Odilon de Beauclair, presidente do Sindicato dos Seguradores do Rio de Janeiro, entidade que, desde meados de 1950, vem mobilizando os demais sindicatos existentes no País, convocando-os a participarem da criação da Federação Nacional.

O pedido para a constituição da

FNESPC, encaminhado pelo Sindicato do Rio ao Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho, Lauro Sodré Viveiros de Castro, recebeu do mesmo despacho e parecer favoráveis, e foi apresentado à aprovação do Ministro do Trabalho, Danton Coelho. Aprovado esse, e publicado no Diário Oficial de 23 de abril de 1951 (Seção I, Pág. 6.219), pôde o Sindicato do Rio convocar a reunião

das demais entidades regionais. O Sr. Odilon de Beauclair, depois de historiar esses fatos em assembléia, colocou em votação a constituição da diretoria provisória da FNESPC. Contados os votos – “recebidos em cabine indevassável existente no recinto” – foi declarado eleito o presidente interino da Federação, o Sr. Carlos Coimbra da Luz, representante de Minas Gerais.

994 | 1995 | 199

SindSeg doa ao Governo 57 veículos para melhorar segurança pública no Rio

Em solenidade realizada no Aterro do Flamengo, em frente ao Monumento dos Pracinhas, o presidente do Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro, Jorge Estácio da Silva, entregou ao governador Marcelo Alencar os 57 veículos e equipamentos doados pelo mercado segurador, para melhoria do policiamento no Estado. A doação, no valor de US\$ 1 milhão (hum milhão de dólares) foi arrecadada entre seguradoras associadas do Sindicato, que contribuíram na proporção de suas frotas seguradas, em campanha aberta pela Fenaseg, com a doação de R\$ 100.000,00, e que contou com o apoio do Sindicato dos

Corretores do Rio de Janeiro.

“Queríamos ajudar” – declarou o presidente do Sindicato, em entrevista. “O roubo de veículos estava no limite, e a recuperação reduzida a quase zero. A polícia, para combater o crime, precisava de viaturas, e decidimos fazer alguma coisa que viesse como resposta à nossa própria atividade, pois tínhamos um compromisso com nossas associadas de aplicar bem suas contribuições. Fizemos um levantamento, e fomos ao Secretário de Segurança, que se mostrou surpreso, pois queríamos cumprir uma promessa feita e na qual ele próprio parecia não ter acreditado”.

Ação em conjunto com o Disque Denúncia

A doação de veículos e equipamentos, fruto de uma boa parceria do Sindicato e Governo do Estado, apresentou reflexos na melhoria dos índices de combate ao crime no Rio: em 1995 o número de carros roubados ou furtados no Estado caiu de 51.332 do ano anterior para 43.526, e a recuperação de veículos pela polícia aumentou de 15.719 para 16.112. Em outra iniciativa conjunta, o Sindicato contribuiu com recursos e doação de equipamentos para a criação de um “Disque-Roubo” de veículos e cargas, dentro do “Disque-Denúncia” da Subsecretaria Operacional da Secretaria de Segurança Pública do Estado. O sistema foi implantado em maio de 1996 e, a partir de então, de acordo com estimativas, a possibilidade de recuperação de um veículo roubado ou furtado chegou a 80% logo nos primeiros 20 minutos após sua comunicação ao “Disque-Roubo”.

004 | 2005 | 200

Parceria: Governo do Estado e mercado segurador inauguram Pátio Legal

Foi inaugurado ontem (4 de julho), na Barra da Tijuca, o Pátio Legal criado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, em parceria com o Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro (SindSeg – RJ/ES). Implantado em área de 20 mil metros quadrados, na Rua Isabel Domingues 88, transversal à Avenida Ayrton Senna, o pátio tem capacidade para receber e guardar até 1.500 automóveis simultaneamente, e deverá funcionar 24 horas por dia para o recolhimento de veículos, e no atendimento ao público, em horário comercial, de segunda à sexta-feira. Dentro do Pátio funciona uma extensão da Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA).

Idéia surgida no SindSeg em meados da década de 90, o pátio ganhou consistência a partir de março de 2004, quando o presidente do Sindicato, Luiz Tavares, entregou ao presidente do Detran-RJ, Hugo Leal, o projeto de criação de espaço único para a centralização, guarda, cadastramento e restituição de veículos recuperados de roubos ou furtos, sem ônus para o Estado,

e cujos benefícios seriam estendidos a milhares de proprietários de veículos, segurados ou não. O caminho para sua implantação foi aberto em janeiro de 2005, quando foi editada a Resolução SSP nº 75, e pavimentado no mês de abril, ao ser assinado convênio entre o mercado segurador e a Secretaria Estadual de Segurança Pública.

O funcionamento do Pátio

A partir de agora, no Rio, quando um policial localiza um veículo furtado ou roubado, informa imediatamente à central de atendimento do Pátio. Daí, então, a administração do Pátio envia reboquista ao local, onde o veículo é fotografado e vistoriado, para expedição de guia de recolhimento ao Pátio. O proprietário, notificado sobre o paradeiro do veículo, tem três dias úteis para buscá-lo, sem nada pagar pela guarda. Depois desse prazo, é cobrada taxa diária, e se o proprietário não o retira em 90 dias o veículo vai a leilão. Em qualquer caso, o reboque é inteiramente gratuito.

Na solenidade de inauguração, o Se-



As instalações do Pátio Legal comportam 1.500 veículos

cretário de Segurança, Marcelo Itagiba, destacou a importância da parceria do Estado com o mercado segurador: “Não existe atividade do Estado sem atividade privada, que é o pulmão que

movimenta o País. O pátio Legal é mais uma demonstração de que, trabalhando juntos, Governo e instituições do mercado, quem sai ganhando é sempre a população”.

007 2008 200

SindSeg – RJ/ES comemora 75 anos e amplia sua base territorial

Em 2006, quando já contabilizava quase três quartos de um século de existência, o Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro uma vez mais entrou em ciclo de transformação, ao ampliar sua base territorial com a inclusão do Estado do Espírito Santo. A mudança dá cumprimento às propostas de nova organização sindical representativa idealizada e em fase de implantação no mercado segurador a partir de 2005. É uma transformação que resultará em modelo insti-

tucional inteiramente novo que, além de modificações ampliadoras na geografia regionalizada dos sindicatos – que devem ter suas áreas ampliadas para que seja dada representatividade a todos os Estados da Federação – também prevê o surgimento de uma Confederação e quatro federações setoriais.

O modelo novo, de representação corporativa de âmbito nacional, prevê o surgimento de uma Confederação Nacional de Seguros, Resseguros, Pre-

vidência Privada, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), à qual se vinculam quatro federações associativas: Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg), de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), de Saúde Suplementar (Fenasaúde) e de Capitalização (Fenacap). Dentro do novo modelo também são previstas quatro federações sindicais: Federação Brasileira de Seguros Gerais (Febraseg), de Previdência Aberta e Vida (Febraprevi), de

Saúde Suplementar (Febrasaúde) e de Capitalização (Febracap). Alinhadas simetricamente em modo de “espelho”, essas federações preservariam as características institucionais que as distinguiriam, sobretudo em relação aos processos eleitorais de composição de suas diretorias. Assim, federações sindicais teriam diretores eleitos pelos sindicatos, enquanto que as diretorias das federações associativas seriam eleitas pelas seguradoras associadas.



O programa *Seguro em todo o Estado* mostra nichos de negócios